

Alimentação é Direito!

FORTALECIMENTO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADAS EM PORTUGAL

Boletim
Edição 4
2020

Pela boca morre o pescador artesanal

A pesca artesanal é uma atividade essencial para a manutenção das comunidades piscatórias! Os impactos da pandemia covid-19 evidenciam desafios de fundo deste setor que, apesar de deter a esmagadora maioria das embarcações de pesca, enfrenta sérias dificuldades para sobreviver. A aposta na comercialização de proximidade e apoios às necessidades específicas da pesca artesanal são vitais.

Estas foram algumas das conclusões do segundo intercâmbio internacional conversas@mesa, entre outras questões a abordar urgentemente num debate que, de acordo com os participantes, deve continuar.

“LEVAR AS NOSSAS IDEIAS PARA OS ESPAÇOS DE TOMADA DE DECISÃO É UM DESAFIO. (...) É IMPORTANTE HAVER PROGRAMAS PARA GARANTIR A SOBERANIA ALIMENTAR E PARA QUE [OS PESCADORES] PERMANEÇAM NOS SEUS TERRITÓRIOS MANTENDO A SUA IDENTIDADE E COM SEGURANÇA ALIMENTAR”

JOSANA PINTO DA COSTA

No Brasil, as medidas de contingência estão a dificultar, ou mesmo a impossibilitar, a pesca, gerando perda de rendimentos. Uma situação agravada pela ausência de estruturas organizadas de primeira venda. Graças a um amplo processo de mobilização coletiva, os pescadores/as são agora contemplados pela medida nacional de proteção “Renda Básica”. Porém, a

resposta aos pedidos é lenta e a falta de acesso a recursos dificulta o próprio pedido dos apoios.

Em Portugal, as primeiras semanas do estado de emergência geraram grandes dificuldades aos pescadores artesanais devido à quebra abrupta na compra de pescado, estando atualmente mais estabilizados os preços e a atividade dos pescadores. Apesar das medidas para a aquisição de máscaras e outros equipamentos, as condições de trabalho dos pescadores estão aquém das normas emitidas pela Direção Geral de Saúde, dado o tamanho reduzido e a longevidade da grande maioria das embarcações. Para efeitos de prevenção de riscos sanitários, urge a renovação e adaptação da frota das embarcações.

“Dado o enquadramento atual e as políticas públicas europeias existentes, de que forma estas podem contribuir para a criação de medidas de apoio específicas e adequadas à realidade da pesca em Portugal, nomeadamente a artesanal?”

- Sara Rocha, ACTUAR

O convívio com a doença covid-19 vai obrigar-nos a conviver com potencial baixa dos preços. A diminuição da

atividade turística em muitas localidades irá gerar a descida do preço do pescado, havendo tendência para um maior esforço da atividade e maior pressão sobre os recursos pesqueiros. Para manter um equilíbrio entre os recursos e a atividade económica será muito importante a valorização do consumo do pescado nacional.

Neste sentido, importa criar e fortalecer uma rede de circuitos de comercialização de proximidade, por exemplo, através das peixarias e mercados locais, da criação de plataformas de informação sobre onde comprar o



Alguns exemplos de comercialização de proximidade de pescado em Portugal:

Cabaz do Peixe, da Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Centro e Sul. [Veja aqui](#)

Cabaz Fresco MAR, da Associação de Armadores de Pesca da Fuzeta. [Veja aqui](#)

pescado e da aposta no canal HORECA (Hotelaria, Restauração e Cafetaria).

Com esta mudança, ganhará também maior relevância a certificação do pescado, em termos de informação clara sobre a origem e o percurso do peixe “do barco ao prato” e se respeita práticas de sustentabilidade.

“NÃO BASTA DIZER O ESTADO INTERVÉM. É PRECISO REFORÇAR O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES”

JOSÉ APOLINÁRIO

Apesar da existência de programas (MAR2020) para a criação de iniciativas de cabazes de pescado local, a sua criação e manutenção “tem sido difícil”, refere o Secretário de Estado das Pescas (SEP), declarando que, embora haja um grande número de associações e organizações de produtores, estas necessitam de ganhar maior intervenção no mercado, conseguindo dar ordens de compra, enquanto forma de ajustar o preço em primeira venda.

Para os pescadores, aumentar o abastecimento de proximidade tem como grande obstáculo a logística. Dadas as quotizações baixas das associações e microempresas familiares de pesca artesanal, estas têm dificuldade em garantir recursos humanos suficientes e capazes de garantir todo o processo de gestão, transporte e comercialização. Os custos com as infraestruturas para colocar o pescado no mercado são também elevados. Por outro lado, abastecer diretamente refeitórios implica uma pré-transformação do produto para agilizar a confeção, dadas as especificidades do consumo de pescado.

Foi também referida, inclusive pelos participantes do debate, a importância de estabelecer preços mínimos para todo o pescado, pois frequentemente este é vendido a um preço muito reduzido e nas superfícies comerciais é vendido a um preço muito mais elevado.

“PARA MUITAS FAMÍLIAS QUE NESTE MOMENTO ESTÃO COM DIFICULDADES FINANCEIRAS É DIFÍCIL CONSEGUIREM [PAGAR] ESTES PREÇOS. ESTABELECEM PREÇOS MÍNIMOS AJUDARIA AMBOS [PESCADOR E CONSUMIDOR]. É UMA MEDIDA DIFÍCIL DE TOMAR, MAS TÍNHAMOS DE PENSAR NUMA FORMA DE A IMPLEMENTAR”

FÁBIO MATEUS

Sobre esta “proposta recorrente”, o SEP referiu que com a entrada na União Europeia, Portugal deixou de ter mecanismos para estabelecer margens de lucro entre a primeira venda e a revenda. Indicando que “não dispomos de dados que nos permitam impor essa margem de lucro”, declarou ainda que “se a situação se deteriorar de tal forma é sempre uma discussão que temos que ter”. De salientar que o governante demonstrou interesse e disponibilidade para dar continuidade à “reflexão ponderada sobre os desafios que se colocam no pós-covid em relação ao mercado e à comercialização de proximidade do peixe fresco”.

Entre os já referidos, são outros temas a refletir neste debate: a introdução de espécies de maior valor no mercado; vias e aumento do rendimento dos pescadores; limites entre a pesca

lúdica e a pesca profissional; a proibição de importação de pescado fora da EU, visto que com frequência não cumpre critérios mínimos de tamanho, de higiene e de captura do pescado.

“Qual poderá ser o papel de cada um de

nós para uma co-criação de uma visão de futuro [uma pesca com acesso a novos mercados; economicamente viável; com uma maior cultura de participação e de associativismo; cujo planeamento e decisões são apoiadas em ciência; com operações de pesca mais eficientes e seletivas e com menor impacto nos recursos naturais e habitats] para a pesca em Portugal”

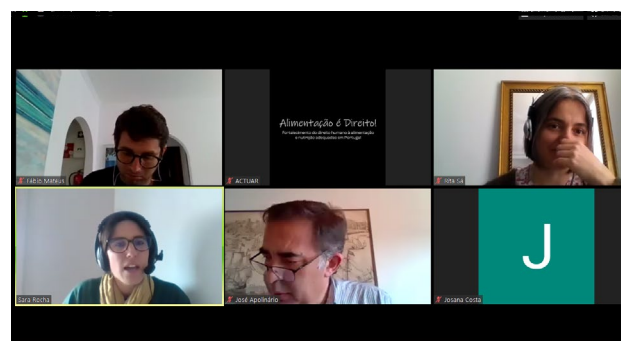
- Rita Sá, REALIMENTAR

As organizações da sociedade civil têm um papel múltiplo: juntar todos os atores para definirem caminhos e soluções a implementar; enquanto parte interessada, ter recomendações concretas a defender nestas arenas; apoiar as organizações de produtores.

As associações e organizações de produtores devem ter uma intervenção mais forte para regular o mercado e estabelecer limites nos stocks e nos preços.

Para garantir a sustentabilidade a longo-prazo do abastecimento de proximidade é fundamental o apoio das autarquias. A título de exemplo, Fábio Mateus indicou a importância que tem desempenhado para os pescadores o apoio do município de Vila do Bispo no transporte do pescado em câmara frigorífica da Praia da Salema para a Doca de Sagres.

Muitos pescadores jovens ficam desmotivados pela dificuldade em atrair mão-de-obra. Dada a quebra da atividade turística muitos jovens estão a procurar trabalho na pesca, sendo agora uma oportunidade para os atrair e fixar na atividade. Para tal, “a forma de aquisição da cédula tem de ser revista, é muito importante (...) que seja mais prática do que teórica” e que o processo de atribuição de cédula seja mais célere.



Sobre @s orador@s do intercâmbio



JOSÉ APOLINÁRIO

Licenciado em Direito é Secretário de Estado das Pescas do atual Governo Constitucional. Foi Deputado à Assembleia da República em diversos momentos desde a década de 80, tendo integrado várias comissões parlamentares. Foi deputado ao Parlamento Europeu; membro efetivo da comissão de Pescas; Presidente do Conselho de Administração da Docapesca (2012-2015); Diretor-Geral das Pescas e Aquicultura e Gestor do Programa Operacional PROMAR (2010-2012; Presidente da Câmara Municipal de Faro (2005-2009) e Presidente da Assembleia Municipal de Faro (2013-2017).



JOSANA PINTO DA COSTA

Pescadora na comunidade de Amador, Estado do Pará (Brasil). Integra o Comité de Coordenação do Fórum Mundial dos Povos Pescadores, movimento criado a partir do Hemisfério Sul que representa 10 milhões de pescadores em todo o mundo. Integra a coordenação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil e participa na Marcha das Margaridas.



FÁBIO JOSÉ CERVEIRA MATEUS

Pescador da 4ª geração de uma família de pescadores do Cerco (Algarve), com formação profissional no sector da pesca e proprietário da embarcação “Flor de Burgau”. Presidente da Associação de Armadores da Pesca Artesanal do Barlavento Algarvio; Secretário na Barlapesca desde 2019. Presidente da Junta de Freguesia de Budens desde 2017. Secretário da Santa casa da Misericórdia de Vila do Bispo desde 2020.

Saiba mais sobre esta série de webinars em www.actuar-acd.org

Comentários e questões dos participantes

As IPSS e outras instituições com refeitórios continuam a ser abastecidas pelos “grandes intermediários” locais ou vão diretamente às grandes cadeias de supermercados, nas quais se verifica preços inflacionados na ordem dos 3000% em determinadas espécies, tendo em conta o que foi pago ao produtor na primeira venda em lota. Como regular os preços ao pescador e ao consumidor?

A atual pandemia não demonstra também que o sistema de primeira venda, baseado em leilão decrescente, é desadequado a uma valorização justa do pescado?

Estão previstas atualizações ou alterações nas regras de primeira venda em lota na Docapesca?

Estava previsto que Lisboa acolheria este ano, em junho, a conferência das Nações Unidas sobre Oceanos, focada na utilização dos mares e recursos marinhos de forma sustentável (...) De que forma está prevista a participação efetiva dos pescadores e das pescadoras tradicionais e que mecanismos existem para assegurar a sua voz?

Que dificuldades concretas impedem que pescadores abasteçam refeitórios?

Dada a desvalorização de determinadas espécies de peixe, o Estado considera intervir a fim de debater a regulação do mercado?

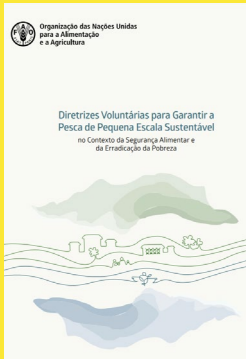
Todos concordamos que a articulação entre agricultura e pescas é absolutamente central para responder aos atuais desafios do contexto que enfrentamos. Nesse sentido, está a ser promovida alguma articulação / programa conjunto entre direção geral de agricultura e da pesca no seio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar?

Sugestões de leitura / materiais:



Sabia que as Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, enquadra também os pescadores?

Ao subscrever este marco, Portugal assumiu o compromisso de “prioritariamente elaborar normas, estatutos e legislação nacionais que reconheçam, identifiquem e promovam a [pesca artesanal] e as comunidades rurais de forma a orientar a formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas” (pág.13). Isto significa que o Estado português reconhece a importância de criar medidas específicas para estes pescadores, dadas as suas características e necessidades concretas.

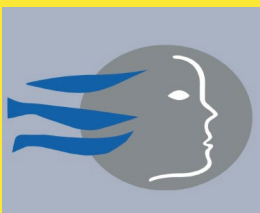


Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza. Instrumento internacional que fornece princípios de consenso e orientações sobre a pesca de pequena escala e que atribui alta prioridade à realização dos direitos humanos e à necessidade de prestar assistência aos grupos vulneráveis e marginalizados, sendo complementar a outros normativos globais da governança da terra e do direito humano à alimentação. Conheça as Diretrizes [aqui](#).



Sabe o que significa “justiça azul”?

Este é um princípio defendido pela Too big to ignore, uma rede global de pesquisa e uma parceria para a mobilização do conhecimento focada em abordar questões que afetam a viabilidade e a sustentabilidade da pesca artesanal. Pode saber mais [aqui](#). Um dos recursos construídos pela rede é a base de dados colaborativa ISSF. Saiba mais [aqui](#).



Sabia que apesar de terem um papel fundamental na manutenção das comunidades piscatórias, as mulheres pescadoras sofrem de grande invisibilidade?

Na Europa, a AKTEA - *women in fisheries*, trabalha coletivamente para o reconhecimento formal do papel das mulheres no setor e para garantir o seu acesso ao processo de tomada de decisão ao nível europeu e nacional. Saiba mais [aqui](#).

Em Portugal, a **PONG Pesca - Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca** tem como missão promover a exploração sustentável dos recursos pesqueiros em todas as suas vertentes, ecológica, social e económica, tendo em vista a conservação dos ecossistemas marinhos e também o desenvolvimento das comunidades ligadas a esta atividade. Saiba mais [aqui](#).



FORO MUNDIAL DE PUEBLOS PESCADORES
WORLD FORUM OF FISHER PEOPLES
FORUM MONDIAL DES POPULATIONS DE PÊCHEURS

O WFFP - Fórum Mundial de Povos Pescadores, que há 20 anos trabalha em prol dos direitos dos pescadores artesanais, representando cerca de 10 milhões de pescadores de 23 países emitiu uma declaração sobre o impacto da crise sanitária gerada pela covid-19 na atividade dos pescadores. Saiba mais [aqui](#).

A nível europeu, a plataforma **LIFE - Low Impact Fishers of Europe** emitiu um comunicado sobre as respostas ao Comissário Europeu de Ambiente, Oceanos e Pescas sobre o impacto da pandemia covid-19 e respetivas medidas lançadas na situação dos pescadores artesanais da Europa. Saiba mais [aqui](#).

